



O ENSINO DA SOCIOLOGIA E O PAPEL DO PROFESSOR: ANÁLISE DA PRÁTICA DOCENTE EM UMA ESCOLA RURAL NO SERTÃO ALAGOANO

FABIANA ALVES DE OLIVEIRA GOMES

EIXO: 19. EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

RESUMO

Diante do atual contexto sobre a obrigatoriedade da sociologia nos três anos do ensino médio e o reconhecimento de sua importância na formação do cidadão brasileiro tornou-se ainda mais necessária a reflexão acerca do papel do professor nesse âmbito de trabalho, bem como o conhecimento acerca da prática docente. Dessa forma, o presente trabalho possui a proposta de analisar e discutir como se dá o ensino da sociologia em uma escola rural localizada no sertão alagoano. A pesquisa possui caráter qualitativo e de observação, pois analisa o pensamento do educador de sociologia mediante uma entrevista, além da verificação "in loco" sobre as possibilidades e desafios que esse educador enfrenta no dia-dia da sala de aula em uma escola rural alagoana. Portanto, nota-se que muito ainda se precisa construir nesse campo pedagógico para o melhor desenvolvimento da atividade docente.

Palavras-chave: Ensino da Sociologia. Prática Docente. Educação Rural.

ABSTRACT

In today's context of the obligation of sociology in the three years of high school and the recognition of its importance in the formation of the Brazilian citizen has become even more necessary to reflect about the teacher's role in this work, as well as knowledge about the teaching practice. Thus, this work has a proposal to analyze and discuss how is the teaching of sociology in a rural school located in Alagoas hinterland. The research has qualitative and observation because analyzes the thought of sociology educator by an interview in addition to verification "in loco" about the possibilities and challenges that educators face in daily life of the classroom in a rural school Alagoas. Therefore, there is much that still needs to build this educational field to the better development of the teaching activity.

Keywords: Sociology of Education. Educational Practice. Rural education.

Introdução

O último parecer do Governo Federal com relação à disciplina de sociologia no ensino médio ocorreu no último dia 02 de junho de 2008, onde o presidente em exercício José Alencar sancionou a lei que tornou realmente obrigatório o ensino das disciplinas de sociologia e filosofia nas escolas de ensino médio, públicas e privadas. A sua obrigatoriedade entrou em vigor após a publicação no Diário Oficial da União. Esta Lei levou o Congresso Nacional a alterar o disposto no artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394 de 1996 à qual em seu parágrafo 1º, inciso III colocava que o ensino de sociologia e filosofia eram necessários apenas ao exercício da cidadania e seus conteúdos poderiam ser trabalhados no interior de outras disciplinas de forma transversal.

Essas prerrogativas formais serviram de alicerce para a democratização subsequente do ensino de sociologia no ensino médio. Dessa forma, nos dias atuais, mediante a obrigatoriedade, todas as escolas públicas ou privadas precisam de profissionais aptos a lecionarem a referida disciplina, de preferência, licenciados em Ciências Sociais (apesar de não ser a realidade na maioria das escolas brasileiras). Porém, é pertinente evidenciar que o ensino da sociologia precisa ser ministrado, independentemente da formação do sujeito docente, com a finalidade de discutir e evidenciar a realidade

concreta vivenciada pelos sujeitos participantes diretos do processo educacional.

Dessa forma, a pesquisa proposta objetiva a realização de uma análise sobre o papel do docente, visto que este se torna o principal elo entre o ensino e a aprendizagem, neste caso, sociológica. Além disso, é preciso entender as especificidades do campo onde a pesquisa foi feita, visto que se trata da esfera campesina, onde a maioria dos alunos é oriunda da zona rural, onde a vivência é diferenciada e que, por isso, o ensino também precisa seguir os mesmos pressupostos.

A escolha da escola rural alagoana que serviu de base para se travar um diálogo observacional e teórico sobre o ensino da sociologia foi escolhida devido à prática efetiva do pesquisador no referido campo de ensino, além da conceituação de escola rural, pois assiste, em sua maioria, alunos oriundos do campo. Dessa forma, a principal justificativa realmente pode ser evidenciada pela inovação da pesquisa, já que se trata de uma área de pouca abrangência de estudos e que requer um nivelamento por parte do pesquisador, de dados, obtidos de maneira empírica e que servirão de norte para o conhecimento acerca das implicações que regem o ensino da sociologia na esfera rural alagoana.

Nesse sentido, dentro deste contexto histórico da regulamentação da disciplina no país, tem-se a necessidade de uma análise acerca desse papel que o professor desempenha enquanto docente de sociologia, a fim de entender, de maneira concreta, qual a visão que o mesmo possui sobre a prática docente aliada às especificidades da vivência rural, fato que deve ser levado em conta sendo a educação rural, alvo do referido estudo.

Portanto, sabe-se que analisar o ensino de sociologia implica em uma análise inicial das complexas relações histórico-sociais contemporâneas existentes no local para se atingir o objetivo específico de análise, mas que, mediante uma interação consubstancial, o referido estudo pode exemplificar como acontece realmente a mediação da aprendizagem de sociologia no âmbito sertanejo e rural de Alagoas.

Dificuldades e limites históricos para implementação da sociologia no Ensino Médio

Desde a Constituição Federal de 1988, procurou-se consolidar no país uma educação que visasse o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua preparação para o mundo do trabalho. Com efeito, ao menos no papel, a principal “função” da educação deveria ser mantida para que se garantisse a mínima qualidade no ensino.

Dessa forma, ao longo dos anos, a educação percorreu caminhos que vieram a fortalecer a prática docente e, assim, fundamentar o processo formativo nos mais diferentes espaços. Nesse sentido, apesar das limitações históricas, as disciplinas foram se fundamentando como necessárias no currículo da Educação Básica.

Essas prerrogativas e características básicas das disciplinas demoraram para acontecer no que diz respeito ao ensino da sociologia, visto que esta só veio se estabelecer concretamente no currículo do Ensino Médio a partir de 2008. Sendo assim, muito se lutou para que a sociologia se redemocratizasse no ensino, sendo vista como fundamental para integrar as disciplinas não somente por obrigatoriedade, mas também como necessária para a formação integral do aluno como bem “dita” a Constituição Federal de 1988.

Nesse âmbito e com relação ao desenvolvimento histórico da disciplina, observa-se o que tal obrigatoriedade foi estabelecida pela Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, depois de muitos anos de debates, de avanços e retrocessos, e de quase quarenta anos de banimento destas disciplinas dos currículos escolares. Em 2001, ironicamente, o então presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, vetou o Projeto de Lei 09/2000, aprovado no Congresso Nacional naquele mesmo ano, que estabelecia o retorno de Filosofia e Sociologia no ensino médio¹. Uma nova batalha se estenderia por mais alguns anos e, em 2006, o Parecer nº 38 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com base em uma nova interpretação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consagrou novamente essa obrigatoriedade, não definindo, porém, em que séries isso deveria ocorrer. Na ocasião, o ensino da sociologia já era adotado em instituições de ensino médio de dezessete estados brasileiros, mas sua presença não estava assegurada em toda a rede nacional. A lei de 2008, portanto, alterou o artigo 36 da LDB que previa apenas que se propiciasse ao aluno, nos currículos de ensino médio, o domínio de conhecimentos de sociologia e filosofia. A partir de então, a filosofia e a sociologia seriam obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

Esses princípios norteadores de uma concepção de educação mais abrangente também foram reafirmados em documentos oficiais posteriores que propuseram uma reforma da educação nacional e uma profunda redefinição de seus fundamentos pedagógicos. Nestes termos, a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), entre outros documentos oficiais procuraram redefinir os rumos da educação nacional, visando assegurar não apenas a universalização da educação básica e a implantação de piso e planos de carreira para o magistério, mas também princípios pedagógicos mais adequados a um mundo em profundas transformações, marcado pelo avanço das

tecnologias de informação e comunicação, pela afirmação dos direitos das minorias e pela busca de igualdade. Nesse sentido, as concepções assumidas pelos documentos oficiais pautaram-se pela tentativa de romper com as práticas educacionais tradicionais, unilaterais, centradas na ação do professor e na transmissão e absorção de conhecimentos formalizados. Ao invés disso, propõem-se novas práticas baseadas na iniciativa e nas condições subjetivas do próprio educando, a educação sendo definida como um processo social mais amplo. Seguindo a orientação da UNESCO, a educação é definida a partir de quatro pilares fundamentais: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser.

Sendo assim, entende-se que é de extrema necessidade entender que o processo de ensino da sociologia recebeu diversas rotulações ao longo do tempo, porém se manteve na grade curricular do Ensino Médio devido a sua abrangência e relevância no estudo da sociedade e suas peculiaridades.

Nesse sentido, diversos autores sociólogos preocuparam-se acerca de qual seria o papel da sociologia no Ensino Médio. Para Giddens (2001), sua importância centra-se em instrumentalizar os educandos a conhecerem as forças sociais que agem no mundo em que vivem, avançar as noções de senso comum e recuperar a noção do agente humano enquanto ser cognitivo. Já para Elias (1999), a sociologia pode (e deve) alargar a compreensão dos processos humanos e sociais e das forças sociais que são exercidas por pessoas sobre as pessoas, ou seja, compreender a teia de relações humanas. Tal movimento possibilita a libertação do sujeito do discurso mágico-mítico, propiciando sua emancipação.

Portanto, após muitos caminhos percorridos na jornada da redemocratização da sociologia e implementação da disciplina no Ensino Médio, ainda muito se pretende fazer, pois a cada dia mais discussões e empasses surgem no meio social e carecem de um estudo sistemático que só a sociologia pode oferecer, o que a torna essencial.

O papel do docente no ensino da sociologia

Entende-se que o ensino da sociologia deve preconizar, além dos aspectos formativos, os valores e posições que são estabelecidos socialmente para que estas prerrogativas sirvam de alicerce para a dinamização do ensino propriamente pedagógico, pois o ensino só faz e provoca diferença quando está diretamente ligado à prática, a realidade dos sujeitos envolvidos em todo processo.

Dessa forma, Coulson e Riddel (1975) salientam que o ensino da sociologia deve permitir, através de sua cientificidade, que as pessoas se compreendam melhor, que tenham consciência dos problemas sociais e suas razões para poderem buscar sanar de forma adequada tais problemas. Para Mills (1965), o termo-chave sobre o papel da Sociologia é problematizar.

Sendo assim, em suma, compreende-se que o ensino da sociologia deve preconizar em especial o despertar crítico do aluno, ou seja, o processo de questionamento que, embora faça parte de todo sujeito, precisa ser moldado e ajustado para que possa obter resultados proveitosos e concisos. Nesse âmbito, o papel do professor é essencial, pois este, mediante uma articulação concreta, tornará possível delinear as práticas dos educandos a fim de desenvolver a sensibilidade dos mesmos no sentido da consciência crítica.

Nessa perspectiva, Sarandy afirma que em relação ao desenvolvimento de uma maneira de pensar típica de cada área do conhecimento tem-se:

Ora, desenvolver a sensibilidade é algo que pode ser feito pelas Artes Plásticas, pela Dança e pela Literatura. A sensibilidade para o Belo é desenvolvida, em graus diferentes, por diversas disciplinas, inclusive por outras não ligadas diretamente às artes. Mas a Música guarda uma especificidade que está relacionada ao desenvolvimento da sensibilidade auditiva. E nisso ela se difere de qualquer outra. Este exemplo é interessante porque nos serve de analogia. A história e a geografia também produzem conhecimentos sobre o mundo social. E dizer que seus olhares são distintos do olhar sociológico já virou lugar comum (SARANDY, 2001, p.06-07).

Nessa esfera, desenvolver essa habilidade nos alunos, ou seja, a sensibilidade para compreender a realidade social requer que o educador, em especial, conheça o meio e suas implicações reais e possa mediar os diálogos de maneira concisa possibilitando uma interação por parte dos educandos, ou seja, o desejo de obter informações, sendo que estas devem ser objetivas e obtidas a partir de uma problemática de ordem cultural e histórica.

Contribuindo com esse pensamento, Fernandes (1996, p.113) afirma que:

Enquanto a educação não se converte em objetiva, subjetiva e praticamente em problema social, os homens não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social.

Entende-se dessa maneira que o professor exerce um papel fundamental no ensino da sociologia, pois mediante as

variadas implicações que o meio social pode oferecer e os diversos assuntos que podem surgir nesse cenário, parte do trabalho efetivo do educador que mediará as atividades, debates e empasses que podem surgir.

O ensino da sociologia na esfera campesina/rural

Ao longo da história brasileira, a população campesina sempre foi considerada inferior, seja na esfera política ou social, vislumbrava-se um povo conceituado como ignorantes e alheios aos acontecimentos sociais. Sendo assim, a rotulação dessa população se instaurou também no processo educacional, pois a educação campesina sempre foi tida como precária onde se preconizava as classes multisseriadas, enfatizando que a aprendizagem outrora oferecida também se caracterizava como tal.

Um grande avanço para a Educação do Campo se deu quando ocorrera a institucionalização da LDB 9394/96 onde, no seu artigo 28, preconiza as especificidades desse campo educacional. O artigo prescreve que

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Observa-se que uma das principais referências no que diz respeito a Educação do Campo é a observação das especificidades na oferta dessa educação, ou seja, os sujeitos do campo devem estar intrínsecos ao meio e o processo de ensino deve estar atrelado ao contexto social desses discentes, ou seja, a LDB se tornou um marco para a busca da identidade campesina.

Junto a isso, parte-se de que a definição de que território não inclui apenas os aspectos físicos e geográficos, mas sim abrange as relações estabelecidas no meio. Ao profissional dessa área cabe atuar de forma a compreender e/ou responder sobre as causas da estrutura e das relações societárias rurais:

Afinal, o que um estudioso do desenvolvimento procura, neste sentido, é saber ou responder, independente de ser signatário desta ou daquela disciplina, os motivos ou as causas que provocam as mudanças, entender como elas ocorrem e mostrar quem delas se beneficia. Ou seja, aos que se interessam pelo estudo do desenvolvimento, interessa conhecer os fatores que produzem a mudança, o movimento, a alteração, a transformação; seja ela de caráter econômico, ambiental, sociocultural, político-institucional, ético-moral, ou outra dimensão qualquer (SCHNEIDER, , 2007, p.5).

Nessa perspectiva, compreende-se a importância da realização de um estudo sistemático no que diz respeito a educação campesina, já que o público assistido necessita de mudanças e o norte principal dessa realidade precisa estar inserido no contexto da escola.

Análise e discussão dos dados

Com relação à proposta de obtenção de dados, bem como já fora elucidado, partiu-se de uma entrevista, onde o professor de sociologia de uma escola rural no sertão alagoano foi questionado quanto a importância da disciplina para o currículo do ensino médio enquanto profissional de uma escola rural. O professor respondeu que *“o ensino de sociologia, independentemente de onde seja mediado, precisa ser baseado nos aspectos culturais e a vivência de cada povo, ou seja, não adianta ensinar e discutir esferas sociais que não significam nada para quem está ouvindo, ou seja, os alunos e que para que o conhecimento realmente aconteça, todas as informações precisam ter sentido para eles”*.

Na escola, mediante a observação feita, nota-se que o professor dispõe de livros didáticos e recursos midiáticos para melhor desenvolver seu trabalho, o que acaba facilitando a interação e os debates, por ventura, promovidos. Além disso, a principal característica observada também se refere ao trato com os alunos por parte do professor que mantém uma relação cordial e amigável com os alunos, fato que estreita as relações e desenvolve também a promoção de interações por parte dos alunos.

Considerações finais

É importante salientar nesse âmbito que a luta pela introdução da sociologia nos currículos escolares que é, em última análise, uma luta pelo reconhecimento e pela legitimidade de um determinado campo do conhecimento, bem como uma luta pelo desenvolvimento de certa sensibilidade intelectual e humana no processo de formação dos cidadãos, não pode se constituir numa mera luta corporativa, uma defesa estrita por posições e pelo poder no interior do campo educacional. Ocupar posições e participar do controle das decisões nesse campo deve se constituir como a condição e o resultado de um reconhecimento e de uma legitimidade socialmente partilhada.

Dessa forma, o pensar sociologicamente parte sempre de uma realidade e de uma necessidade, visto que durante todo o processo de redemocratização da sociologia, a principal alegação seria a de real necessidade por parte do ensino de se obter informações sobre a realidade de maneira concretizada.

Portanto, torna-se evidente que a sociologia precisa estar inserida no contexto da educação, independentemente da área/território onde se estabeleça, pois parte de uma necessidade inerente à todos, envolvidos ou não no processo educacional.

Referências

- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, de cinco de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.
- COULSON, Margaret A. e RIDDELL, David S. **Introdução Crítica à Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Edições 70, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo, 1966.
- GIDDENS, Antony. **Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e tréplicas**. São Paulo: Unesp, 2001.
- LEI nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- MILLS, Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. www.mec.gov.br.
- SARANDY, Flávio M. S. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. IN: Carvalho, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio**. Ijuí, Ed. Unijui: 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. XXII Congress of the European Society for Rural Sociology (Wageningen, The Netherlands, 20-24 August 2007).

[1] Professora no 5º ano do Ensino Fundamental, no município de Piranhas-AL , graduanda em Ciências Sociais (UFAL), fabinhaalvesgomes@hotmail.com.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 07/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: